

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

DIREITO À EQUIDADE E EDUCAÇÃO LIBERTADORA¹

Antonia Letícia Braz do Nascimento², Ramiro Ferreira de Freitas³

Resumo: A educação inclusiva é fruto da luta e da pressão de movimentos organizados que visavam garantir e assegurar alguns direitos fundamentais como o acesso, permanência, participação, qualidade e aprendizagem das pessoas com ou sem deficiência durante todo o processo de escolarização. Infelizmente, esse direito não foi plenamente atingido até hoje, pois existe uma grande distância entre a teoria e a sua prática. Além de políticas educacionais inclusivas é preciso que a escola se adeque ao aluno, e não o contrário. Mas para isso, ela deve ser orientada por princípios éticos. A Pedagogia da Autonomia e a Ética da Libertação de Paulo Freire são pontos norteadores para a construção de uma escola inclusiva. Assim, pretende-se averiguar como está sendo o tratamento dos desiguais conforme a própria desigualdade perante a sociedade e a legislação vigente. Por meio de revisão bibliográfica, esse trabalho almeja apresentar uma curta análise sobre alguns pontos históricos da inclusão e utilizar as ideias de Paulo Freire nesse estudo, possibilitando assim o surgimento de olhares multifacetados sobre como a equidade e a igualdade veem influenciando a interpretação jurídica.

Palavras-chave: Direito à igualdade. Equidade. Educação. Ações Positivas. Educação Inclusiva

1. Introdução

Fruto de uma árdua luta contra os paradigmas da exclusão e da segregação, nasce uma nova forma de pensar a respeito da educação que visa não apenas o acesso e a permanência dos alunos com ou sem deficiência ao longo do processo de escolarização, mas também objetiva proporcionar a equiparação das oportunidades educacionais.

¹ O presente texto é desenvolvido como elemento componente do projeto de Iniciação Científica intitulado “O DIREITO À IGUALDADE PERANTE A LEI: não-discriminação e ações positivas”, aprovado no contexto da Chamada Pública Nº 01/2020 PIBIC-URCA-FECOP. Agradecemos o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Regional do Cariri (PRPGP-URCA).

² Universidade Regional do Cariri, email: antonia.leticia@urca.br

³ Universidade Regional do Cariri, email: ramiro.ferreira@urca.br

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

Esse processo de inclusão está interligado a questões econômicas, políticas, sociais e culturais que acompanham a sociedade, sendo essa a fonte da exclusão e da criação de barreiras. Diante disso, quem precisa se adequar aos alunos é a escola, não o contrário, mas para isso, é necessário que ela seja norteada por princípios éticos e reformule suas práticas de ensino, pois assim todos poderão participar.

O presente projeto visa discutir as distintas dimensões do pressuposto da equidade, com ênfase na igualdade como não discriminação e averiguar a aplicação de ações positivas levando em consideração preceitos legais e sua aplicação. Para isso, pretende-se analisar determinados aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil e constatar que o fato do aluno ser diferente seja fisicamente ou não, o torna único e digno de respeito, pois o fato de todos os alunos possuírem características únicas os tornam diferentes uns dos outros por conta de suas habilidades, tornando mais rico e diversificado o processo de ensino-aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988, estabeleceu que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família, devendo ser promovida e incentivada por toda a sociedade. Também é um direito público subjetivo, pois se algum cidadão em idade escolar for privado da possibilidade de estudar poderá exigir do poder público o acesso imediato à educação.

A Carta Magna também prevê que, o atendimento especializado das pessoas com deficiência seja preferencialmente na rede regular de ensino. Possibilitando assim, a criação de um sistema de ensino mais inclusivo determinando a proibição de discriminação e criando programas de integração social, proteção, garantia a saúde, reservas de cargos, treinamentos para o trabalho, atendimento educacional especializado e remoção de barreiras para garantir o acesso adequado. E determina, em seu art. 206, inciso I a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como um dos princípios básicos do ensino.

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

Em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, reforça o direito que a criança e o adolescente possuem a educação e a obrigação dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula na rede de ensino. Nesse mesmo ano surge a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (declaração de Jomtien), um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, prevê que é preciso universalizar o acesso à educação e promover a equidade, pois para que a educação básica se torne equitativa, é preciso “[...] oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem” (BRASIL, 1990, art.2).

Em 1994 surge a Declaração de Salamanca um documento muito importante para inclusão e que ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais. Nele, afirma-se que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Diante disso, os sistemas educacionais devem levar em conta a vasta diversidade e necessidades fazendo com que a pedagogia utilizada seja capaz de atender as necessidades de todos os educandos.

Em 1996, temos um marco decisivo para o caráter inclusivo da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que orienta e organiza a educação formal no Brasil. No caput do seu artigo 37 anuncia que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) será ofertada para aqueles que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos estudos em idade regular. (BRASIL, 1996, § 1º do art. 37, *verbis*):

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Outro instrumento de grande valia é o decreto nº 10.502 de 2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Esse documento possui como um dos seus princípios e objetivos a educação como um direito para todos em um sistema

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

educacional equitativo e inclusivo, definindo, ainda, em seu art. 2, inciso III (BRASIL, 2020) a:

política educacional equitativa - conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do educando na sociedade

A união de todos os trabalhos realizados por Paulo Freire, patrono da educação brasileira, proporciona vastas possibilidades de mudança na estrutura do ensino tradicional de forma a transforma-lo em um sistema inclusivo pautado em princípios éticos e um sistema pedagógico voltado para todos e todas.

2. Objetivo

2.1 Geral

- Investigar como se dá a aplicação legal e a prática do “DIREITO À IGUALDADE PERANTE A LEI: não discriminação e ações positivas”, tendo como recorte de investigação a inclusão escolar na concepção pedagógica de Paulo Freire.

2.1 Específico

- Examinar posicionamentos diversos acerca dos aspectos históricos da educação inclusiva e apontar ações afirmativas;
- Entender que a escola precisa se adequar ao aluno, não o contrário;
- Considerar a Pedagogia da Autonomia e a Ética da Libertação de Paulo Freire como pontos norteadores para a construção de uma escola inclusiva;
- Discutir as distintas dimensões do pressuposto da equidade, com ênfase na igualdade como não discriminação e averiguar a aplicação de ações positivas levando em consideração os preceitos legais e sua aplicação.

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

3. Metodologia

Para o desenvolvimento dessa pesquisa metodologicamente no que diz respeito a abordagem será caracterizada como qualitativa, pois será realizada por meio de análise de textos sobre o “DIREITO À IGUALDADE PERANTE A LEI: não discriminação e ações positivas”, tendo como recorte de investigação a inclusão escolar na concepção de Paulo Freire, através da leitura dos textos será possível não apenas inferir informações sobre o presente tema, mas também argumentar de forma consciente ao seu respeito.

Em relação aos objetivos, será classificada como exploratória, pois a princípio procuramos entender o tema de forma um pouco superficial, para posteriormente nos aprofundarmos mais em seu contexto, para que assim possamos sair da esfera histórica e partirmos para a prática.

Nessa pesquisa foi empregado o método dialético, obviamente não sendo desprezadas outras abordagens surgidas paulatinamente. Tanto documentação direta (entrevistas, elaboração de questionários, etc) quanto documentação indireta (pesquisa documental e pesquisa bibliográfica) pautaram este estudo na tentativa de produzirem resultados confiáveis.

Ademais, também utilizamos o método histórico para investigarmos quais foram as raízes da inclusão e compreender melhor o surgimento das ações afirmativas. A escolha pelo método dialético se justifica porque proporciona uma visão mais ampla sobre o objeto de estudo estabelecendo assim uma ligação entre aquilo que foi analisado e o contexto social no qual está presente.

4. Resultados

Por meio de pesquisas bibliográficas, escrita científica (“Integridade principiológica na educação: justiça cultural e igualdade como respeito à diferença”, “O direito é regulador fraterno? Ressuscitada a base natural do

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

ordenamento”, “resenha Fraternidade”, etc.) e participação em eventos acadêmicos constatou-se que, ao tratar de uma educação inclusiva é preciso, sobretudo, que haja uma mudança tanto na estrutura física quanto no planejamento pedagógico da instituição de ensino, mudar é difícil, mas é possível.

A escola precisa reinventar-se para melhor atender as necessidades de cada aluno, fomentar o gosto pela autonomia de seus alunos, criar cidadãos conscientes de seus direitos e o mais importante lutar contra qualquer prática de discriminação, injustiça, violência e qualquer ato desumano. É a escola que precisa se adaptar ao aluno, não o contrário. Isso significa que ela deve intervir na realidade de forma a valorizar os saberes de cada aluno e incentivar que eles são capazes de conquistarem o que quiserem. Essa mudança precisa ser de dentro para fora e não apenas palavras, é imprescindível a existência de uma escola inclusiva na prática e não só na teoria. Segundo Brandão (2002, p. 5 apud Costa, 2011, p. 11), a educação inclusiva de Paulo Freire demonstra que:

A relação dialógica preconizada por Freire (1982) deve ser revisitada por todos aqueles que fazem educação e que buscam a inclusão como arma de transformação da sociedade que temos, para aquela que queremos, pois o referido autor é e sempre será um exemplo para a educação (inclusiva) brasileira porque calca no verdadeiro diálogo a relação interativa, pautada pelo compromisso político de seus pares..

A Ética da Libertação de Paulo Freire surge como instrumento ético para construção de uma escola pautada na diversidade, rejeitando qualquer forma de discriminação. Esse sistema de educação inclusiva deve ser feito pensando em todos os alunos e não basta apenas dizer que o acesso à educação está garantido, pois é preciso um ensino de qualidade que ofereça condições para que o aluno continue na escola e que valorize as suas diversidades.

5. Conclusão

Até o presente momento realizamos pesquisas bibliográficas sobre o “DIREITO À IGUALDADE PERANTE A LEI: não discriminação e ações

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

positivas”, nesse estudo tratamos sobre a educação inclusiva e alguns aspectos históricos, sob a visão do educador Paulo Freire.

Nossas pesquisas demonstraram que, há muitas vezes uma distância entre o que a legislação prevê sobre a educação inclusiva e a sua prática. Isso representa um grande desafio, mas é possível. Mas para isso, a escola precisa mudar e atender a todos os alunos, pois conforme os ensinamentos de Paulo Freire a libertação dos oprimidos deve ocorrer por meio de uma pedagogia com ele, e nunca para ele, sendo assim não adianta o Projeto Político Pedagógico da escola possuir critérios inclusivos se na prática não inclui todos os alunos nas atividades escolares. A inclusão escolar na concepção de Paulo Freire é uma educação voltada para todos, que valoriza a diversidade.

Conforme apontamos ao longo do projeto, a escola precisa se adequar ao aluno, não o contrário. Logo a escola não deve criar condições para o surgimento de um ambiente opressor, mas sim reinventar-se para atender a todos os alunos e fomentar neles o gosto pela autonomia, criar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, e o mais importante lutar contra qualquer prática de discriminação, injustiça, violência e qualquer ato desumano.

Isso significa que a escola deve intervir na realidade, promover a aproximação entre toda a comunidade escolar de forma a valorizar os saberes de cada aluno e incentiva-los a serem protagonistas da própria história, pois ao fazer isso está incentivando o aluno a lutar por um sonho que possui e enfrentar as barreiras que o cercam.

6. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF : Imprensa Oficial;1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA XXIV SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA

13 a 17 de Dezembro de 2021

Tema: “Centenário de Paulo Freire: contribuição da divulgação científica e tecnológica em defesa da vida, da cidadania e da educação”

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto nº 10.502**, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 2020, ed.189,p.6, 1 out.2020.

COSTA, Maria da Piedade Resende da. TURCI, Paulo Cesar. Inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire. **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina, p. 3762-3774, novembro de 2011. Disponível em:<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/politicas/346-2011.pdf>. Acesso em: 9 de novembro de 2021.

FREIRE P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 66ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE P. **Educação como Prática da Liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 157p.